

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera o § único do art. 1.015 da Lei nº 13.105, de 16 março de 2015- Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O único do art. 1.015 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015- Código de Processo Civil- passa a vigorar com as seguinte redação:

Art. 1.015.....

Parágrafo único: Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução, no processo de inventário e no processo recuperação judicial ou de falência.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Para tanto, nos valem do importante nota publicado na coluna Destaques, sob o título – Agravo de Instrumento, em 07 de junho de 2019 no jornal Valor Econômico que irá fundamentar muito bem o nosso propósito de apresentar esta proposição.

Pedimos vênha para reproduzir na íntegra esta notícia:

“O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que as hipóteses legais de cabimento do agravo de instrumento elencadas no parágrafo único do artigo 1.015 do Código de Processo Civil de 2015 devem ser interpretadas extensivamente, englobando



Assinado eletronicamente pelo Sr. Carlos Bezerra
 Para verificar a assinatura, acesse <https://portal.trf4.jus.br/portal/assinatura> ou acesse o link: <https://portal.trf4.jus.br/portal/assinatura>



também a recuperação judicial e a falência. decisão é da 3ª Turma, que deu provimento a um recurso especial (REsp 1786524) para admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão proferida após a sentença de habilitação de crédito. De acordo com os autos, os recorrentes pediram a habilitação de seus créditos na recuperação judicial de uma empresa de transporte - o primeiro relativo a indenização de danos originados em acidente de trânsito e o segundo decorrente dos honorários de sucumbência fixados na ação indenizatória. O advogado pediu prioridade de pagamento alegando que, devido a um grave problema de saúde, seu crédito deveria se sobrepor ao dos credores trabalhistas, os quais já estavam recebendo os valores devidos em razão de acordo judicial. Após o indeferimento do pedido, o advogado interpôs agravo de instrumento, que não foi conhecido pelo Tribunal de Justiça de Sergipe, ao entendimento de que não haveria previsão no rol taxativo do artigo 1.015 do CPC.

O Tribunal Regional Federal, portanto, aceitou o uso do recurso chamado agravo de instrumento por uma empresa em recuperação em uma situação não prevista no atual Código de Processo Civil.”

O Projeto pretende, neste caso, ampliar a hipótese de cabimento de recurso.

Ante o exposto, esperamos contar com o necessário apoio de nossos pares para nesta casa transformar em norma jurídica este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado Carlos Bezerra

2009_2239_Carlos Bezerra



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218339243600>

